

Procurador quer melhorar combate ao crime violento e organizado

PGR reuniu com a elite da investigação para afinar estratégias, em tempo de crise.

Lígia Simões e Inês David Bastos
ligia.simoeseconomico.pt

O procurador geral da República chamou para uma reunião a elite da investigação criminal para discutir a criminalidade organizada e violenta. Pinto Monteiro esteve durante toda a tarde de ontem reunido com os procuradores gerais distritais, a directora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), Cândida Almeida, os directores dos DIAP, entre eles Maria José Morgado, e responsáveis dos órgãos de polícia criminal, de onde se destaca a Polícia Judiciária, para afinar estratégias. Fonte oficial da Procuradoria-Geral da República (PGR) disse ao Diário Económico que o encontro teve na agenda “a melhoria do combate ao crime organizado e especialmente violento”.

Fonte da magistratura admitiu ao Diário Económico tratar-se de um encontro para discutir a “articulação da investigação criminal entre Ministério Público (MP) e órgãos de polícia criminal”, salientando que em cima da mesa estaria a discussão da necessidade de “medidas preventivas” contra o crime organizado e violento, tendo como pano de fundo o pacote de ajuda da ‘troika’ e o impacto so-

cial que podem vir a ter as medidas de austeridade.

Fonte que participou no encontro reconheceu ao Diário Económico que a preocupação com eventuais climas de agitação social decorrentes da recessão que a própria ‘troika’ assume está sempre no horizonte dos investigadores: “O combate ao crime é feito de apreensão”, rematou a mesma fonte. Os responsáveis que ontem reuniram com Pinto Monteiro trocaram informações entre si para tentar melhorar a articulação, a metodologia e os resultados no combate ao crime violento.

Este ano, o PGR ainda não tinha reunido a elite destas investigações. Isto depois de, no Verão de 2008, ter marcado tomado a iniciativa de fazer estas mega-reuniões para discutir a problemática da insegurança e acertar medidas concretas que tornem mais eficaz o combate àquela criminalidade. Na altura, o encontro realizou-se após uma onda de assaltos à mão armada a bancos, carrinhas de valores, gasolinheiras e ourivesarias e de onde acabou por sair o anúncio da criação de unidades especiais para combater o crime violento. Estas unidades estão a funcionar, há quase três anos, nos DIAP distritais, dirigidas por magistrados do MP vocacionados para essa investigação e que contam com a colaboração da PJ, GNR e PSP.

Ainda recentemente o relatório da Europol “Criminalidade Organizada na União Europeia – Avaliação da Ameaça” concluiu que o crime organizado se tornou mais diversificado nas suas actividades e teve maior impacto na sociedade nos últimos dois anos. Para o director da Europol, o nível de colaboração entre grupos criminosos tem aumentado a par do aumento da mobilidade na UE e da diversificação de actividades ilícitas, colocando no mapa do Sudoeste da Europa, Espanha e Portugal. O relatório refere que aumentou a cooperação entre os diferentes grupos de crime organizado, que transcendem fronteiras, etnias e negócios. ■



Directora do DCIAP, Cândida Almeida ontem à entrada da Procuradoria para a reunião.

Observatório propõe recrutar magistrados só de dois em dois anos

Magistrados devem ser formados para contexto de crise.

Recrutar magistrados só de dois em dois anos e não anualmente como é agora prática e dar mais preparação técnica e especializada aos futuros juizes e procuradores são duas das propostas do Observatório da Justiça para o novo modelo de formação.

Apresentado ontem, no Centro de Estudos Judiciários (CEJ) pelo ministro da Justiça, o relatório do Observatório da Justiça propõe que o concurso público para entrada na escola que forma magistrados se faça de dois em dois anos, para que o CEJ dispo-

na “de um período de tempo” para preparar e organizar as acções de formação.

O organismo liderado pelo sociólogo Boaventura Sousa Santos defende que deve “mudar o paradigma” da formação. Num contexto de crise, o Observatório propõe ao Ministério que o Direito passe a ser perspectivado como fenómeno social. Os magistrados, defende, devem ser formados para dar “especial atenção à tutela dos direitos humanos e de cidadania para a protecção dos cidadãos em condições mais fragilizadas”, como é o caso dos imigrantes, crianças ou cidadãos sem emprego e sem se-

gurança social. A selecção dos futuros juizes e procuradores deve, por isso, assentar em dois critérios: elevada competência técnica e capacidade para contextualizar os fenómenos sociais sobre a decisão jurídica.

Boaventura Sousa Santos defende ainda que a formação contínua deve ser um direito, mas também um dever dos magistrados e deve haver partilha de competências na estrutura de recrutamento e formação entre o poder judicial e o poder político. CEJ deve ter um corpo de docentes a tempo inteiro, integrado em igual número por magistrados e não magistrados. ■ I.D.B.



O Procurador Geral da República reuniu, ontem, com a elite da investigação criminal para melhorar a articulação no combate ao crime organizado e violento.